
Carta Capital e Veja: ideologias no Jornalismo Econômico brasileiro¹

GIORDANI, Renatha Maria²

FERNANDES, Márcio³

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Paraná

RESUMO

A pesquisa tem por intuito caracterizar as ideologias presentes nas coberturas Jornalísticas voltada à economia, tendo como base de análise as revistas Carta Capital e Veja, veículos de grande relevância na imprensa nacional, partindo do pressuposto da existência de uma dicotomia política entre as revistas. O estudo é realizado no período da crise econômica causada pela Bolha Imobiliária no Estados Unidos e que “explode” em 2008 tendo graves repercussões na economia brasileira. As ideologias são evidenciadas nas capas e matérias produzidas que denotam posicionamentos políticos na abordagem econômica, assim como suas posturas frente as medidas adotadas pelo País do momento analisado.

Palavras - chave: Jornalismo, Economia, Carta Capital, Veja.

O Jornalismo brasileiro vem evoluindo com muita frequência desde 1822, período em que a Imprensa foi autorizada pelo Poder Público a circular no Brasil. No entanto, é durante o século XX que uma série de vertentes jornalísticas são desenvolvidas e adaptadas à realidade social do País. Segundo Matos (2008), o Jornalismo nacional não tem sido somente um mero imitador de práticas norte-americanas e europeias, tendo conseguido construir um forte caráter verde-amarelo.

Kucinski (2007, p. 16) vê que o Jornalismo brasileiro voltado à economia ainda se ressentido de pouca autonomia ideológica do jornalista em relação às classes proprietárias na abordagem dos grandes temas da agenda político econômica. Para Caldas (2003), a setorização das análises econômicas fomentou a especialização dos profissionais nesta editorial.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Graduanda de Jornalismo pela Unicentro. Bolsista de Iniciação Científica (IC) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Email: renathagiordani@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor efetivo do Curso de Jornalismo da Unicentro. Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, com doutoramento-sanduíche pela Universidade de Lisboa (UL/Portugal). E-mail: marciofernandes@unicentro.br

Já Basile (2002) defende que as áreas do Jornalismo e da Economia são inerentes uma à outra. Os fenômenos especulativos, as bolsas de valores, os índices de inflação e deflação, a taxa Selic e as flutuações de moedas Dólar e Real são acontecimentos importantes da sociedade, encontrando no Jornalismo o agente capaz de traduzir à população os impactos na vida cotidiana. Enquanto subdivisão, por exemplo, o Jornalismo Macroeconômico analisa do todo ao particular: é dedutivo-opinativo e constrói cenários; através de análises em suas reportagens, oferece conclusões, totalmente parcial a sua realidade ou a seu veículo. O jornalista possui um posicionamento forte e dialógico a seu veículo, ao mesmo tempo que busca atender um público consumidor específico. Enquanto isso, o Jornalismo Microeconômico centra forças nos segmentos particulares (especificidades) voltados para agentes econômicos, como a família – consumo e bens -, grandes e pequenas empresas e áreas públicas, onde há uma assimilação mais fácil pelo leitor.

Neste contexto, surge o eixo principal da presente investigação: em uma época dominada pelo conceito de Globalização (que facilita o acesso à toda sorte de informações), em que medida as reportagens econômicas têm sido modificadas pela potencial ideologia de determinado veículo de Imprensa? A seguir, as revistas semanais Carta Capital e Veja são tomadas como estudos de caso, a partir da verificação das coberturas realizadas por ambas durante a Bolha Imobiliária de 2008.

Metodologia

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi quantitativa e analítica. As revistas Carta Capital e Veja foram catalogadas a fim de levantar capas e matérias especiais que caracterizassem suas ideologias políticas na produção de material econômico.

Como a bolha imobiliária é um fator externo, que tem início em 2005, no entanto, “explode” em 2008, as revistas analisadas foram, a priori, deste ano, para assim entender melhor seus impactos no Brasil, que veio a sentir com recessão apenas após a grande depressão.

A análise do material foi realizada com base nas opiniões explícitas e implícitas nas revistas, dessa forma, caracterizou-se as ideologias em neoliberal e marxista/keynesiana, a fim de explicar o posicionamento dos veículos frente aos acontecimentos históricos de impactos significativos na economia Brasileira.

	Carta Capital	Veja
Bolha Imobiliária 2008	Crise – Crítica ao Neoliberalismo – Intervenção Estatal	Crise – Defesa do Neoliberalismo – Crítica a regulação do Estado - Otimismo

Fundamentos de Jornalismo Econômico

Jornalistas e pesquisadores da Comunicação focados na Economia defendem que o surgimento deste vertente da Imprensa não se deu em uma data que possa ser precisada. Caldas (2003) entende que o Jornalismo Econômico (JE) tem a mesma idade da Imprensa, isto é, por volta de 400 anos. Não há registros de um jornal sem notícia de fatos econômicos, defende a autora, sustentando que análises e noticiários econômicos são intrínsecos aos jornais impressos, ao Rádio e à Televisão desde os primórdios de cada uma destas mídias.

Já para Kucinski (2007, p. 14), o Jornalismo voltado ao noticiário econômico surge no começo do século XX, resultado da desordem monetária mundial:

Economistas armados de pacotes anti-inflacionários passaram a dirigir nossos destinos, interferindo até mesmo em nossas vidas privadas [...]. Ao mesmo tempo, inflação e crises cambiais tornaram-se drama do cotidiano. No cenário internacional, entramos numa transição em que se dá, ao mesmo tempo, a globalização e a regionalização, diluindo fronteiras, confundindo esferas de competência, em meio à crise monetária contínua.

Na visão de Quintão (1987, p. 13), o Jornalismo Econômico desempenhará um papel não apenas de informante e analista dos negócios econômicos e financeiros, mas vai agir ainda como aliciador da consciência nacional e viabilizador, como tal, de uma rápida e segura reprodução do capital, como queriam as elites.

Há quem entenda ainda que real eclosão do gênero aconteceu com a censura instaurada no Brasil durante a Ditadura Militar 1964-1985, quando a Imprensa se viu obrigada a deixar de lado em larga escala o noticiário político. Assim, o Jornalismo utilizava reverberava fortemente as visões tornadas públicas de ministros importantes do governo, como Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões. Os noticiários passaram rapidamente a serem bombardeados por teorias e teses de economistas,

consideradas de cunho já um tanto neoliberal. E é por esta época, diz Basille (2002), que surge a proposta de reestruturação das relações trabalhistas, o que levou a demissões em massa e recessão entre 1964-1966, com pretexto de domar a escalada da inflação.

Contudo, a população, independentemente de seu nível de instrução, continuava tendo dificuldades para *decodificar* os informativos econômicos. A linguagem econômica permanecia excessivamente tecnicista, com o interesse do Governo Nacional focado na divulgação dos feitos do chamado *milagre econômico* e nas consequências da queda da inflação, relembra Caldas (2003). Assim, a editoria de Economia conseguiu se consolidar na Imprensa brasileira na década de 70, como espécie de porta-voz da ascensão da Nação.

Este cenário econômico passou por transformações na década de 80: a dívida externa consumia 90% da receitas exportadoras, a aceleração inflacionária provocou um grande choque no valor do Petróleo e as políticas norte-americanas começavam a mudar, na perda de fatias do mercado mundial pela competição de países emergentes, causou uma crise interna. Kucinski (2007) argumenta que, para as elites empresariais e financeiras do País, dentro de um cenário de alto risco, a informação econômica tornou-se mais relevante para a tomada de decisões. Já para o trabalhador, a dificuldade estava em entender os impactos da inflação e dos juros altos sobre salários, aluguéis, prestações e seu emprego. É a partir deste momento (final da década de 80/meados dos anos 90) que o papel desempenhado pela Imprensa na cobertura da realidade econômica do Brasil passa a ser estudado pela presente pesquisa, buscando compreender os discursos construídos pelos dois magazines semanais antes citados.

Para Palutti (2013, p. 6 e 7), o apoio de parte da Imprensa brasileira nos anos 90 seria fundamental para legitimar questões ideológicas do governo de plantão, como a redução do papel do Estado na Economia - com privatizações, abertura comercial e financeira, juros altos e câmbio flutuante. Com a queda da inflação e o Plano Real sendo instaurado (1993-1994), as políticas ideológicas do Neoliberalismo assumiram o noticiário, enfatizando as ações monetárias e fiscais tomadas por Brasília. Neste momento, o noticiário nacional concentrou-se nas bolsas, no dólar, juros e inflação. As reportagens sobre negócios no mercado privado passaram a perder espaço também para as estratégias das grandes empresas de capital aberto, proporcionando que acionistas, compradores de ações em potencial e empresários concorrentes pudessem acompanhar seus investimentos e/ou as movimentações do mercado.

Entretanto, as oscilações deste mesmo mercado não eliminaram uma questão recorrente no Jornalismo Econômico, a linguagem. Kucinski (idem, p. 14) compreende que o desafio de traduzir processos econômicos complexos em vocabulário acessível não foi vencido, seja porque os processos econômicos se definem num outro plano de saber que não o do saber convencional, seja devido à sua instrumentalização ideológica crescente.

O economês e o Jornalismo brasileiro

A expressão “economês” surgiu para designar a linguagem utilizada por economistas para descrever cenários macroeconômicos. Os profissionais da imprensa que trabalhavam com o gênero assumiram a linguagem técnica e rebuscada para descrever os fenômenos econômicos. De acordo com Biondi (idem, p. 20), não é nem mesmo um problema de linguagem o que hoje se denomina de economês, mas um problema - não deliberado - de elitismo. A linguagem rebuscada é para informação de uma classe considerada de alto nível social, que entenda o vocabulário da bolsa de valores e do mercado empresarial. O economês ainda é utilizado nos meios de comunicação segmentado, com respaldo de ser voltado a um público especializado, como é o caso da Revista Valor Econômico.

“As taxas de juros de vencimentos até 2020 tiveram nova queda nesta terça-feira, na penúltima oportunidade para investidores montarem posições alternativas para a decisão de política monetária de amanhã. O DI janeiro de 2018 é o mais negociado do dia, com 270.050 ativos transacionados. Essa taxa reflete apostas para o orçamento de cortes de juros ao longo de 2017, um dos pontos sobre o qual o mercado espera alguma sinalização no comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) de amanhã sobre a Selic.” (José de Castro, Valor Econômico acessado em 11/04/2017.)

Lustosa (1996. p. 131) entende que o hermetismo do texto causa uma grande dificuldade de compreensão das matérias sobre economia pelo leitor comum, com a apresentação volumosa de números em muitas reportagens desta área. E é aí que se compreende que a linguagem utilizada acaba se transformando em uma arma potente para a consolidação de ideais políticos, como alerta Kucinski (ibid, p. 14-15)

Com o colapso da economia soviética, planificada e estatal, deu-se a vitória ideológica da tese neoliberal, que sacrifica o princípio da solidariedade social no altar de uma suposta eficiência econômica. Foi decisivo o Jornalismo como linha auxiliar na campanha neoliberal dos anos 90 pelo desmonte do Estado socialdemocrata, na sedução dos

jovens ao ideal do sucesso pessoal, na disseminação da nova utopia das classes médias: a de possuir o próprio negócio. O Jornalismo Econômico, veículo por excelência dessa nova ideologia, tornou-se o principal agendador do debate político. Assim, a disfunção de sua linguagem talvez tenha um função ideológica. Um Jornalismo que não se propõem a explica e sim a seduzir.

A sedução também é refletida na ideologia própria do Jornalismo Econômico. No entanto, é necessário entender primeiramente que ideologia, no sentido marxista, será sempre embasada nas convicções da classe dominante, no caso, as elites dominantes. Kucinski (2007) entende que, por ser controlado muitas vezes pela elite intelectual e por seu papel decisivo na criação de expectativas e no jogo do poder, o Jornalismo é muito condicionado pelas assimetrias que caracterizam as democracias liberais, conforme os estudos clássicos de Miliband, uma das quais é o próprio elitismo. Na época contemporânea, de acordo com Gomes (2005 p. 5 e 4) ainda a democracia liberal se torna padrão da organização política da sociedade, além de ser fundamental o papel dos meios de comunicação de massa.

Portanto, as teorias dominantes de cada período influenciam diretamente na ideologia do Jornalismo Econômico. Tais teorias são parte das respostas da classe dominantes às crises do sistema. O magazine inglês *The Economist*, por exemplo, tem sido considerado o gerador primário de ideologia pela proposta editorial que apresenta a seus interlocutores e, também, por ser uma revista transnacional por excelência. O traço mais claro de veículos desta natureza é a defesa da livre empresa na área econômica e na Democracia Liberal na Política, conforme a visão de Kucinski (2007). E aqui, aliás, cabe ponderar que Democracia Liberal se entende como sendo uma vertente de resistência ao Comunismo no contexto de Guerra Fria (final dos anos 40 em diante do século XX), um sistema que se adequa à livre empresa e à expansão do interesses globais.

No entanto, a ideologia marxista também teve seu espaço no Jornalismo ao largo da Guerra Fria, com o chamado Jornalismo do Engajamento, considerado *liberal*. Kucinski aponta que tal Jornalismo Liberal acabou perdendo espaço para o Oficialismo, ou seja, um jornalismo embasado em fontes oficiais, consolidando assim um discurso governamental, denominado pelo autor como *Centrismo*. Neste caso, o engajamento é considerado um defeito não uma virtude. É privilegiada a posição moderada. São eliminados os extremos e o jornalista aprende que deve evitar ser rotulado de radical.

Neste caso, a moderação é vista como algo positivo, apesar de ser considerado um sintoma de mediocridade.

No Centrismo, a objetividade jornalística se torna uma ideologia, no sentido de tentar justificar teoricamente a limitação no exercício da visão crítica. O centrismo é por sua vez a ideologia de uma política de controle social das redações baseada na desqualificação dos que defendem a reforma social. Sob a moderação do centrismo, os conservadores sentem-se à vontade, enquanto os reformadores ficam na defensiva. Kucinski (ibid., p. 185)

Autores como Kucinski entendem que essa ideologização da Imprensa torna o Jornalismo Econômico uma ferramenta do Neoliberalismo, agindo como um aparelho ideológico do Estado (ou do governo do momento). Assim, o Jornalismo transforma-se em um mecanismo usado para manter as condições de reprodução do sistema, pela elite dominante ou pelo próprio Estado.

A partir deste panorama, Kucinski definiu algumas características das metodologias no Jornalismo Econômico brasileiro. “Entre os traços permanentes da ideologia do Jornalismo Econômico estão a escolha do capital e seu processo de acumulação – e não do homem – como objeto central de preocupação, o otimismo noticioso e o descaso com questões estruturais”, escreve o professor da Universidade de São Paulo (USP).

Outras características ainda são a) a Mentalidade do Jornalismo Econômico: com conotações ideológicas; b) o Consensualismo: unanimidade e homogeneidade do Jornalismo”; c) o Dogmatismo: reducionismo da discussão; d) a Ingenuidade: a militância de esquerda levava esses jornalistas a escamotear seus verdadeiros juízos de valor sobre o Capitalismo, por meio de uma linguagem ingênua; e) o Oficialismo: fontes oficiais; f) o Entreguismo: defesa integral dos interesses estrangeiros; e g) o Deslumbramento: os grandes empresários são reverenciados.

Pois é neste contexto que entram em cena as análises de Carta Capital e Veja, magazines com linhas editoriais bastante divergentes quanto aos aspectos econômicos. Veja (fundada em 11 de setembro de 1968), surge como uma alternativa as revistas convencionais e busca seguir linhas semelhantes a The Time. Inicialmente dirigida por Mino Carta (Criador e editor da Carta Capital) Veja buscava seu espaço no mercado por meio de editoriais diferenciadas, entrevistas e encartes interessantes para a população, nessa época as páginas amarelas se consolidam e o caderno de economia. No entanto, seu distanciamento com o Regime Ditatorial durou até 1995, época em que Mino Carta

é demitido pela Editora Abril, como uma forma de conter a pressão militar. A partir de então a *Veja* se alia ao regime. (Mira, 2001).

Segundo a historiadora Carla Luciana Silva (2009), teve papel decisivo construção do Neoliberalismo no Brasil, ao mesmo tempo em que os outros meios de Comunicação na década de 1960 alinharam seus editoriais a interesses do capital externo, e aos fenômenos do surgimento da indústria do entretenimento e do capital oligopolizado. “Fazendo-se entusiástica porta-voz desses interesses, a revista atuaria objetivamente como partido político, cumprindo funções de agitação, mobilização e educação da elite e classes médias para a defesa da nova etapa da acumulação capitalista”, diz a pesquisadora.

Já a revista *Carta Capital* nasce em agosto de 1994 após uma série de tentativas de Mino Carta (atual editor), seu publisher ainda hoje, no chamado período dos *Jornalistas Revolucionários*, caracterizados pela política de esquerda e militância. Em sua essência, a linguagem é baseada nas teorias de John Maynard Keynes, economista que ajudou a equacionar a crise de 1929 nos Estados Unidos, após propor a o fomento da produção, forte regulação governamental do capital e uma cartilha que incluía medidas contra o desemprego e a miséria social (Fonseca, 2005)

Ainda de acordo com Fonseca (2005) o keynesianismo incorpora o tema da *igualdade de acumulação [de bens]* dentro do Capitalismo, com ênfase na redistribuição de renda como consequência da acumulação capitalista, apostando em um modelo de acumulação baseado nas empresas gigantes capazes de produzirem uma mercadoria. E também é marcado pela defesa da regulação do capital/trabalho pelo Estado. Surge em Keynes, portanto, o Estado de Bem Estar Social.

Vejamos, portanto, como *Carta Capital* e *Veja* se comportaram ao longo de determinado período, do ponto de vista da cobertura jornalística realizada por ambas.

A bolha de 2008 nas linhas de *Carta Capital* e *Veja*

A segunda grande depressão norte americana aconteceu em 2008. No entanto, é no início dos anos 2000, quando o mercado acionário estava em alta e empréstimos em massa acontecendo, que Wall Street (a meca da economia ianque) começava a forçar a economia mundial a uma brusca queda. Muitos bancos dos EUA começaram uma política de empréstimos de alto risco, com 0% de entrada para novos financiamentos imobiliários e, a partir disso, uma grande soma de dinheiro passou a circular na

economia: os bancos securitizavam⁴ os empréstimos e passavam o risco para outra pessoa, os chamados empréstimos Subprime.

“Enquanto a emissão de hipotecas emitidas cai aproximadamente 26% em 2004 (são 2,92 bilhões de dólares frente à emissão de 17 3,945 bilhões de dólares em hipotecas em 2003), a participação de hipotecas subprime no mercado cresce 61% no mesmo período. Em 2005 a participação de hipotecas subprime chega a ser 20% do total de hipotecas emitidas. Esta importância equivalia a um volume de recursos de seiscentos e vinte e quatro bilhões de dólares”. (Busnardo, p.16)

“O aumento do preço dos imóveis, e o consequente aumento do investimento no setor, alavancou o mercado de hipotecas (o mais importante mecanismo de financiamento imobiliário dos Estados Unidos). Em 2008, a bolha imobiliária explode nos Estados Unidos, como resultado do endividamento das hipotecas. O colapso já era visível a partir de 2006, com os primeiros sinais na economia americana.” Busnardo (2012, p.17).

Em 2007 e 2008, veio a fase mais crítica da recessão, com alguns dos maiores bancos do país, localizados na Wall Street, quebrando, o prejuízo somou seiscentos bilhões de dólares. As consequências da crise atingiu todo o mundo, com o dólar sendo a principal moeda de comercialização, grandes impactos ocorreram na exportação e importação. No Brasil, os mercados operavam apreensivos. As consequências da crise pareciam irremediáveis. Segundo o professor Paulo Levy, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os impactos da crise no Brasil foram muito fortes.

A produção industrial foi o setor que mais sofreu naquele momento. Com a crise, a produção caiu em 20% em apenas três meses, e os investimentos diminuíram muito, (...). Na época da crise, tudo parecia que ia desmoronar, e os investidores operavam com muita cautela. Houve redução na demanda para investimento na indústria, que caiu 10% e depois 13% nos últimos trimestres do ano. O governo baixou os juros rapidamente, que saiu de 13% para 8,5% ao ano. Também diminuiu o imposto sobre o consumo promoveu a expansão do crédito e reduziu os empréstimos compulsórios, medidas que facilitaram para que a economia brasileira voltasse ao ritmo de crescimento anterior. Isso criou uma economia forte, que possibilitou essa política expansionista na hora que foi preciso. Por isso, os brasileiros nem chegaram a sentir, ou sentiram muito pouco os efeitos da crise” (Entrevista ao Jornal do Brasil em 15/02/2012)

Segundo apuração do Jornal do Brasil, a economia brasileira reagiu tão fortemente quanto o impacto da crise. A taxa de desemprego chegou a 9% em março de 2009, mas logo voltou a recuar e fechou o ano em 8,1%. A produção industrial retomou o seu rumo de crescimento já no segundo trimestre de 2009 e, embora o PIB nacional

⁴ Transformação de um crédito em um título passível de negociação, capaz de fazer com que a empresa obtenha recursos sem que haja o comprometimento de seus limites de crédito junto a instituições financeiras.

tenha terminado com uma leve recessão de 0,2%, a economia cresceu fortemente em 2010 e expandiu 7,5%, uma das maiores taxas registradas no mundo.

De seu turno, uma vez apresentado este rápido cenário sobre a crise de 2008, cabe buscar entender como os dois magazines aqui analisados fizeram suas coberturas jornalísticas. Iniciemos por Carta Capital.

A presente investigação avaliou 23 edições do magazine, de janeiro a dezembro de 2008. Logo no primeiro mês daquele ano, a revista já evidenciava as consequências da crise americana, na edição 479, a manchete trazia “Capitalismo à brasileira” e, na página 27, “Em área movediça: bancos americanos divulgam megaprejuízos e pedem arrego aos fundos de países emergentes e ao Federal Reserve”. Assinada por Márcia Pinheiro, explicava a crise dos subprimes que, segundos os bancos Citigroup, Jb Morgan Chase e Merrill Lynch, geraram cerca de 25 bilhões de dólares. Na matéria, o economista José Carlos Braga (Unicamp) é entrevistado e contextualiza as próximas ações do governo norte-americano. “Não ficarão de mãos abanando (...) além dos financistas internacionais vão socorrer o sistema. As instituições financeiras foram longe demais na brincadeira de criar monstrenhos vestidos de fundos, sem controle ou supervisão. Pior, diz o economista, isso ocorreu com aval do acordo Basiléia 2, que permite aos banco a auto-regulação”.

O artigo de opinião apresenta ainda um trecho que enfatiza a crítica da revista ao modelo neoliberal de economia que se alto regula, como ressalta Braga: “A crise atual nada mais é que a repetição de um script manjado: no auge da prosperidade, defende-se a ausência do Estado no mercado. Na eminência da recessão, surge uma economia totalmente antiliberal, intervencionista, para salvar a riqueza financeira. Uma armadilha típica do c\Capitalismo contemporâneo. Ninguém de bom senso defenderia uma crise sistêmica(...)”. Na mesma edição, outra reportagem aborda o tema - “O papai Estado nos salvará: antes algozes do pensamento liberal, os governos agora zelam pelo mercado.” Assinada por Luiz Gonzaga Belluzo, ironiza a política norte-americana.

A revista trás em âmbitos munditertais a repercussão da crise, novamente na edição 480 de 30 de Janeiro de 2008, a manchete “O brasil e a crise” a matéria principal assinada por André Siqueira e Márcia Pinheiro, intitulada “Menos indefesos: o Banco Central dos EUA baixa a taxa de juros incendeia os mercado, mas dessa vez, o Brasil pode resistir à tormenta.” Contempla as páginas 20, 21, 22 e 23, evidencia otimismo em relação ao Brasil. Em entrevista para a revista, o então ministro da Fazenda, Guido

Mantega, se mostra otimista com a situação de colapso mundial. “O Brasil saíra dessa crise com uma economia mais sólida”.⁵

Em 18 de Março de 2008, na edição 487 “A Guerra dos Juros: O Brasil cresce, mas a política cambial ameaça o futuro e precipita o confronto entre Mantega e Meireles”, a matéria busca traçar planos resolutivos para a fim de reduzir o saldo comercial brasileiro, explora a dualidade no pensamento dos ministros, sem deixar claro suas convicções. A crise torna-se concreta a nossa realidade, a edição 493 de 30 de Abril de 2008, “A Guerra da Comida: protestos mundiais, aumento do protecionismo, ataques aos biocombustíveis. Por que a alta dos preços e a escassez da oferta de alimentos estão no centro da disputa política entre ricos e pobres” aborda com maior expressão as análises da justiça de classes, advindas da sociologia Marxista, colocam em pauta também o protecionismo e as corporações produtoras alternativas do mercado.

Evidenciando uma característica keynesiana, Carta Capital defende a intervenção do estado, como mostra a manchete “O neoliberalismo está cercado: O aprofundamento da crise norte-americana prova, contrariando os rumos impostos à economia mundial nos últimos 30 anos, que uma maior intervenção do Estado é a única saída, até para os mercados.” Este recorte comprova as teses levantadas para caracterização da revista como marxista e keynesiana, quando: expõem uma opinião contrária ao neoliberalismo, que visa o acúmulo de capital pelas grandes corporações, caminho que a economia mundial tomou nas últimas décadas. A matéria cujo título é “Retorno ao pêndulo: ante a crise a hegemonia do neoliberalismo se dissolve a olhos vistos.” Escrita por Antônio Luiz M Costa, a reportagem remonta as crises mundiais e as batalhas entre o neoliberalismo e as teorias de Marx e Keynes.

“Nos anos de 1960, o liberalismo selvagem descrito nos textos mais dramáticos de Karl Marx ainda era o dogma do mundo então dito civilizado. Trinta anos depois várias grandes nações, inclusive EUA, Alemanha e Japão, cresciam por meio do protecionismo, da ajuda estatal à criação de grandes grupos industriais, da construção de impérios coloniais, da regulamentação do trabalho – ou de todas essas coisas juntas – com amplo sucesso. O britânico William Harcourt, líder do partido liberal no coração mais liberal da metrópoles, disse em 1887: “agora somos todos socialistas”.

“(…) nas palavras do economista britânico John Maynard Keynes, foi preciso salvar o capitalismo de si mesmo por meio de vigorosa intervenção estatal, como foi

⁵ Entrevista do Ministro da Fazenda concedida a Carta Capital em 10 de janeiro de 2008

feito a partir dos acordos de Breton Woods “Agora somos todos keynesianos”, admitiu Milton Friedman em 1965”. Em destaque na matéria “ A necessidade de intervenção é óbvia, é o FMI que agora diz isso”. Outra matéria já indica a postura anti-neoliberalismo “Mantida por aparelhos: a ideologia neoliberal estrebucha, mas é cedo para programar as exéquias”.

Antes do colapso total, o Brasil já vivia uma prévia do que acarretaria a grande crise, conforme nota-se nas edições 497 de 28 de maio de 2008 “a inflação escapou do controle? A alta generalizada dos preços, que parecia domada, preocupa o mundo, e não pode ser contida apenas com taxa de juros ou medidas de alcance nacional.” E edições 502 de 2 de Junho de 2008 “A remarcação está de volta: não só o petróleo e os alimentos são os vilões da inflação, em resposta previsível, o BC promete levar os juros a altura.”

A edição 514 de 24 de Setembro de 2008 alertava “15 de setembro de 2008: o dia do crack, na maior crise financeira desde 1929.” Com imagens da suas torres gêmeas – bombardeadas em 2001 – ao fundo, com nome dos dois maiores bancos, Merrill Lynch e Lehman Brothers, a bolha estourará de vez.

A matéria assinada por Márcia Pinheiro, reivindicavam mudanças no sistema econômico “ O novo socialismo: o tesouro dos estados unidos entra em cena para salvar Wall Street.” As edições seguintes seguiram no mesmo ideal de cobranças “Ele não salva ninguém: - a não ser executivos de wall street, que querem continuar a receber bônus, polpudos, mesmo após falirem. – O pacote do governo Bush, aceito com resistência pelo Congresso dos EUA, ameniza, mas não resolve a crise. – No Brasil, o BC alivia o caixa de bancos de médio porte, e as empresas começam a sentir os efeitos da restrição ao crédito no mercado internacional”. Na matéria há uma fotografia de Lula com os dizeres “A economia é séria demais para ficar na mão de especuladores, afirma Lula.” André Siqueira fala sobre o mercado interno, e a contenção de gastos “O fim da Bonança: os recursos começam a secar no exterior e o governo tenta evitar a redução do crédito ao consumo e à produção.”

Posteriormente, a edição 517, de 15 de Outubro de 2008 “ Creeec!!: - Mais de 3 trilhões de dólares já foram oferecidos ao mercado, mas o pânico não se dissipa. Bush diz a Lula que os feito virão em duas semanas. Será? – No Brasil, o BC edita um minipacote de auxílio aos bancos, enquanto os prejuízos com operações cambiais continuam a aparecer.” Assinalando o momento em que a crise estava sendo mais

sentida pelos economistas no Brasil, André Siqueira escreve “A maré chega mais perto: o governo despeja 60 bilhões de reais na economia e tenta segurar a moeda.” Em letras destacadas “Sobre o tal do neoliberalismo, só cabe discutir o preço do enterro. Voltou o estado interventor”.

“O Brasil cai na onda: Lula segue a linha adotada nos EUA e Europa e amplia a possibilidade de intervenção dos bancos. Luiz Gonzaga Belluzzo: agir agora para evitar a crise cambial.” Demonstra dois fatores importantes defendidos neste artigo, como a revista assume o País como um dos grandes afetados pela crise, e medidas para segurar a economia, e também, a forma como se anuncia a intervenção estatal, tendo em consideração que toda uma base foi construída pela revista ao longo das edições anteriores evidenciando a necessidade do governo intervir. Outra manchete de mesmo cunho “Wall St. Lá vai outro muro: Berlim 1989: soçobra o socialismo real. Nova York 2008: Fracassa o Capitalismo Neoliberal.” Matéria assinada por Antônio Luiz Costa trás os dizeres “No colo do Estado: Os investidores que se cuidem, o que se viu até agora é só o começo do ajuste à queda de Wall Street.”

No que se refere à Veja, cabe igualmente apresentar as principais coberturas da revista acerca da crise imobiliária de 2008. Mas antes, a exemplo de Carta Capital, entende-se que é pertinente comentar com mais detalhes como o assunto foi retratado logo no começo de 2008. É notório que, naquele momento, Veja critica a crise mas continua a defender o Neoliberalismo e a repudiar a intervenção do Estado, olhando com pessimismo para repercussão da crise internacional na economia brasileira.

A revista abordou a referida crise já na edição 2044, de 23 de janeiro de 2008, com a manchete “A supereconomia: as lições de quem triunfou no boom econômico que produz 164 milionários por dia no Brasil”. A revista destaca os principais empresários nacionais que tiveram destaque e conseguiram alavancar seus negócios em um período de recessão econômica.

Mas, curiosamente, a crise somente se torna assunto principal da capa em junho daquele mês. Em pleno recessão econômica a revista na edição 2065 de 18 de junho de 2008 lança a manchete “Nasce o maior bilionário brasileiro: O empresário eike batista se consagra na bolsa e termina a semana com 20 bilhões de reais.” No entanto, é na edição 2064 de 11 de junho de 2008 que a revista dá brechas para a crise, em vermelho “Falácias da decadência americana” e a manchete “Barack Obama: ele pode ser o homem mais poderoso do mundo.” Sorridente.

O discurso neoliberal da *Veja*, pode ser notado quando há a defesa e o positivismo de que não está acontecendo uma crise mundial, desencadeada pela política de liberdade econômica e que está atingido o Brasil, e atingira posteriormente com mais intensidade. Na edição 2070 de 23 de julho de 2008, tem-se a manchete “Show dos bilhões: a vitória do Brasil na globalização.” Apenas em setembro de 2008, que a revista faz publicações especiais sobre a bolha imobiliária, na edição 2078 de 1 de Setembro de 2008 “A prova de crise? Blindagem do Brasil para enfrentar a turbulência externa.” Encontra-se a matéria especial assinada por Giuliano Guandalini “As defesas da supereconomia: O Brasil resiste de maneira inédita aos choques da crise externa e festeja o aumento do crescimento e o recorde nos investimentos.”

A *Veja* cria um personagem, por meio dele explora as questões do País possuir “escudos” contra a crise, que seriam: “Política econômica previsível”; “reservas internacionais de 200 bilhões de dólares”; “recursos naturais e agricultura moderna” e “20 milhões de novos consumidores”, fatos que não justificariam a intervenção estatal, pois a não haveria uma crise nacional, apenas internacional como são colocados os ataques são: “a queda no preço das commodities”; “crise financeira mundial”; e “inflação em alta no mundo” e ainda faz um adendo a vulnerabilidade do País: “as gastanças do governo” fazendo crítica ao presidente Lula. Em outra matéria assinada por Marcio Ath “Ensaio sobre a cegueira: as comparações entre a crise atual e a de 1930, ignoram os novos papéis dos países emergente e o desastre social dos outros períodos de turbulência.” Na reportagem a revista demonstra que não acredita a imensidão da crise ser tão catastrófica como divulgado, o que não justificaria, novamente, a intervenção estatal. “A comparação [com a depressão de 1929] gratuita impressiona, mas embute uma cegueira que, com cinismo, pode-se dizer que embute a esperteza. Quem propaga perigos demais está, no fundo, pedindo confete, ou ajuda, dos governos.” Na sequência, em tópicos, demonstra relatos “do que foi uma crise profundas”. A edição de 2079 de 24 de setembro de 2008, traz o Tio Sam e os dizeres “Eu salvei você! O governo americano evita o colapso mundial e nunca mais Wall Street será a mesma.” por meio dos tópicos: “Em que o estouro da bolsa afetará seu Bolso”; “Wall Street na segunda feira negra”; “A reconstrução do sistema financeiro”, nitidamente, como mostrado posteriormente, as revistas disputam as suas ideologias, a *Carta Capital* divulga em 1 de outubro, com mesma capa mas com os dizeres contrários matérias sobre a imensidão da crise, enquanto a *Veja* define o fim dos problemas, na

matéria especial “A cavalaria salvou o dia: o mundo financeiro parecia derreter na semana passada quando Geoge W. Bush e seu secretário do tesouro, Henry Paulson, comandaram a maior intervenção da história do capitalismo. Salvaram o dia, o sistema e nossos bolsos.” Na foto montagem do presidente e o secretário do tesouro os dizeres “Bush e Paulson usaram a riqueza e a força para impedir o desastre. Vão cobrar caro por isso.” Para a revista a intervenção governamental deve ser a mínima possível, pois o mercado se alto regula sozinho, uma das premissas do neoliberalismo é as ideias de Smiths sobre a mão invisível e a não interferência do governo. Portanto, ela defende através de infográficos que a crise é totalmente econômica e mais leve do que o imaginado. A revista na matéria assinada por Marcio Ath “Cadê a confiança que estava aqui? A intervenção sem precedentes do governo americano foi fundamental e necessária para sanear o capitalismo financeiro. Ela nascera em novas bases.” Entende-se a necessidade de intervenção, no entanto, é justificável pela “confiança” e explica “A ideia de Henry Paulson é repetir com adaptações a solução dada a crise imobiliária de 1929, quando o congresso americano criou uma empresa para absorver, e depois revender o mercado, papéis podres que entupiam os canais normais de créditos para empresas e consumidores, portanto, ponha as barbas de molho quem esperava dirigismo estatal ou socialização do sistema, isso não existe”.

Algumas edições posteriores delatavam o “custo” do resgata estatal, a edição 2080 de 1 de outubro de 2008 dizia “Depois do Desastre... O custo da operação resgate, o futuro do mundo financeiro, a falta de um líder político, a falência das previsões, o dicionário da crise” a revista explica os tópicos em matérias especiais, a primeira assinada por Márcio Ath é a “Henry e Ben no escuro: O mundo sonha para que a Peal Harbor financeira no coração do capitalismo nasça um economia sujeita a terremotos e bolhas especulativas. Por enquanto é apensa um sonho, e só se saberá se isso é possível quando a crise superar sua fase atual aguda, a do pesadelos.”, assinado por André Petry, a crítica ao governo de Bush “Procura-se um estadista: na hora em que os estados unidos enfrentam a maior turbulências da história, Bush, o “pato manco”, sofre com sua falta de liderança política – e para piorar, ninguém parece pronto para assumir o seu lugar.”

Já na edição 2081 de 8 de outubro de 2008, “O tamanho do estrago” indaga “Colapso Financeiro? Não. Recessão? Talvez. Depressão Econômica? Deus nos livre.” Matérias assinadas por Otavio Cabral e Cintia Borsato “O inferno são os outros: O

Brasil não é uma ilha imune à epidemia mundial de aversão ao risco. Os que se preparam mais sofrem menos.” Giuliano Guandali assina “Príncipe pelo preço de sapo: onde todos viam problemas ele enxergou oportunidades. Warren Buffet não fez nada de novo. Foi assim que ele construiu sua fortuna.”

Apontamentos finais

Assim, é evidenciada nas páginas das revistas suas dicotomias ideológicas. Enquanto a Carta Capital defende uma proposta, apontada inicialmente, de intervenção estatal, crítica ao neoliberalismo e mudança das políticas públicas, a Veja negligência o assunto, e, posteriormente critica as interferências do governo nos quesitos empresariais defendendo as políticas neoliberais. A abordagem econômica é suscetível a tais teorias políticas, demonstradas pela cobertura da Bolha Imobiliária, onde a Carta Capital incorpora um discurso marxista e a Veja, por outro lado, premissas neoliberais. Conforme defende Kucinski (2007) e Quintão (1987) essa carência de liberdade é difundida a fim de formar uma consciência coletiva, na busca diária pelas mentes das massas, em um processo de consolidação de discurso e poder. O artigo evidencia as características das revista, além de conceitua-las nos ideais do jornalismo econômico descritos por Kucinski (2007) de mentalidade ideológica, dogmatismo, ingenuidade, oficialismo, entreguismo e deslumbramento. Portanto, tais características demonstram como a ideologia está inerente ao JE, uma vez que este, parte de princípios corporativos e interesses econômicos na consolidação de um ideal político.

Referências bibliográficas

- BASILE, Sidney. **Elementos do Jornalismo Econômico**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BIONDI, Aloysio. **A linguagem na reportagem econômica**. In: Seminário de Técnica de Jornalismo, 1. Rio de Janeiro: ABI, 1974.
- BUSNARDO, Felipe Dardani . **Crise do subprime: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil**. Araraquara. Monografia: UNESP, 2012.
- CALDAS, Sirley. **Jornalismo Econômico**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARTA CAPITAL. **Acervo: lembranças do governo FHC**. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/acervo-lembrancas-do-governo-fhc-8756.html>. 2014.
- CASTRO, José. **Juros futuros curtos tem novo dia de queda na véspera de copom**. Calor Econômico. <http://www.valor.com.br/financas/4935330/juros-futuros-curtos-tem-novo-dia-de-queda-na-vespera-de-copom>, 2017.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Vol. VII Nº 3 - setembro/dezembro. Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos. <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>, 2005.

JORNAL DO BRASIL. **O Brasil foi “muito afetado” pela crise econômica mas reagiu fortemente**. Disponível em <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2012/02/15/brasil-foi-muito-afetado-pela-crise-economica-mas-reagiu-fortemente>, 2012.

KUCISNKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília: Editora da UNB, 1996.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e as bancas de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

PALUTTI, Paula. **História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real**. <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/05-Paula-Puliti.pdf>, 2013.

QUINTÃO, Aylê-Salassiê Figueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SILVA, Carla Luciana. **A carta ao leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais**. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, vol. 32, nº 1, p. 89-107, 2009.

_____. **Veja: o indispensável Partido Neoliberal**. Guarapuava: Edunicentro, 2009.

SILVEIRA, Caren Santos da. **A construção do sujeito representativo da oposição liberal nas páginas da revista VEJA (1979-1988)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

Anexos

Veja 24 de Setembro de 2008	Carta Capital 1º de Outubro de 2008